

**Prefácio**

de Eloi Fernández y Fernández

Diretor Geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP

**Comentários**

na quarta-capa de Fernando Henrique Cardoso

# MANUAL DE DIREITO DO PETRÓLEO

Luiz Cezar P.  
**Quintans**



SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. - 2015

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano  
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Quintans, Luiz Cezar P.  
Manual de direito do petróleo / Luiz Cezar P. Quintans; prefácio de  
Eloi Fernández y Fernández; comentários na quarta capa de Fernando  
Henrique Cardoso. -- São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9353-1

ISBN 978-85-224-9354-8 (PDF)

1. Petróleo – Brasil 2. Petróleo – Leis e legislação – Brasil 3. Petróleo –  
Royalties – Brasil I. Fernández y Fernández, Eloi II. Cardoso, Fernando  
Henrique. III. Título.

14-09527

CDU-34:665.6(81)(094)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Leis : Petróleo : Direito 34:665.6(81)(094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total  
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos  
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# SUMÁRIO

*Abreviaturas*, xv

*Prefácio*, xxi

*Apresentação*, xxiii

## **PARTE 1 – HISTÓRIA DO PETRÓLEO, TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DO MODELO BRASILEIRO, 1**

### **1 Resumo da História do Petróleo no Mundo, 3**

### **2 Breve História do Petróleo no Brasil, 11**

### **3 A Trajetória do Monopólio do Petróleo no Brasil, 21**

3.1 A primeira Constituição do Império (1824), 21

3.2 A primeira Constituição da República (1891), 21

3.3 A Constituição de 1934, 22

3.4 As Constituições brasileiras de 1937 e 1946, 22

3.5 O início do Monopólio do petróleo no Brasil (A Lei nº 2.004/53), 23

3.6 A Constituição de 1967 e a reforma constitucional de 1969, 24

3.7 Contratos de risco, 24

3.8 A atual Constituição Federal, de 1988, 25

3.9 As Emendas Constitucionais nº 6/95 e nº 9/95 e a flexibilização do monopólio, 26

3.10 A Lei do Petróleo (foi exclusiva para contratos de concessão até dezembro de 2010), 27

3.11 O novo marco regulatório: as novas leis do petróleo: PPSA, contratos de cessão onerosa e partilha da produção, 28

- 3.11.1 A Lei nº 12.276/2010 e o contrato de cessão onerosa, 29
- 3.11.2 A Lei nº 12.304/2010 e a autorização para a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, 29
- 3.11.3 A Lei nº 12.351/2010: o Contrato de Partilha da Produção e o Fundo Social, 32

#### **4 Evolução do Modelo Brasileiro: Fatos Jurídicos e Regulatórios, 35**

### **PARTE 2 – ANÁLISE DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, 53**

#### **5 Aspectos Geológicos e Comerciais do Petróleo, 55**

- 5.1 Aspectos geológicos, 55
- 5.2 Aspectos comerciais, 58

#### **6 Da Atividade de Exploração, Produção, Refino e Distribuição, 61**

- 6.1 A soberania do Estado sobre os recursos naturais, 61
- 6.2 Espaços marítimos e direitos de exploração econômica, 64
- 6.3 Os segmentos da indústria: *upstream*, *midstream*, *downstream*, 70
  - 6.3.1 *Upstream*, 70
  - 6.3.2 *Midstream*, 71
  - 6.3.3 *Downstream*, 73
- 6.4 Fases de um projeto de Campo de Petróleo, 75
  - 6.4.1 Exploração e produção *onshore*, exploração e produção em campos maduros e marginais, 77
  - 6.4.2 Campos maduros e marginais, 80
  - 6.4.3 Exploração e produção *offshore*, 84
- 6.5 Exploração e produção do gás natural, 86
- 6.6 Pesquisa, desenvolvimento e inovação, 91

#### **7 Processo de Aquisição de Blocos para a Exploração e Produção, 95**

- 7.1 Política energética e condução do processo, 95
- 7.2 O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, 95
- 7.3 A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, 97
  - 7.3.1 Procedimentos administrativos e penalidades, 100
- 7.4 A Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, 102
- 7.5 Os blocos objeto de licitação e os principais procedimentos do Edital, 107
  - 7.5.1 Qualificação técnica, jurídica e financeira das empresas interessadas, 111
  - 7.5.2 Componentes e critério de apuração das ofertas, 117
    - 7.5.2.1 Bônus de assinatura, 118
    - 7.5.2.2 Programa Exploratório Mínimo (PEM), 119

- 7.5.2.3 Compromisso de conteúdo local, 119
- 7.5.2.4 Percentual em óleo, 124
- 7.5.2.5 Análise dos critérios de oferta para aquisição de blocos, 125
- 7.5.3 Apresentação de oferta em consórcio, 128
- 7.5.4 Da homologação do julgamento, 128
- 8 Das Participações Governamentais e Outra Participação, 131**
  - 8.1 A renda petroleira, 131
  - 8.2 Participações governamentais, 134
    - 8.2.1 Bônus de assinatura, 134
    - 8.2.2 *Royalties*, 135
    - 8.2.3 Participação especial, 137
    - 8.2.4 Pagamento pela ocupação ou retenção de área, 141
  - 8.3 Pagamento aos proprietários da terra, 143
- 9 Por Que Investir em um País?, 145**
  - 9.1 País hospedeiro, 147
  - 9.2 Análise do investidor, 151
  - 9.3 Batalha naval e o perfil de risco do investidor, 153
  - 9.4 O caso OGX, 157
- PARTE 3 – CONTRATOS DE PETRÓLEO, 161**
- 10 Contratos de Petróleo no Mundo, 163**
  - 10.1 Contrato de concessão no Brasil, 168
  - 10.2 Contrato de partilha da produção no Brasil, 172
  - 10.3 Acordos de Operações Conjuntas – *Joint Operating Agreements* (JOAs), 185
  - 10.4 Contrato de cessão onerosa, 187
  - 10.5 Consórcios, 190
  - 10.6 Cessão de direitos, 194
  - 10.7 *Farmout* e *farmin*, 199
  - 10.8 Acordo de confidencialidade (*confidentiality agreement*), 201
  - 10.9 Outros acordos, 204
    - 10.9.1 *Memorandum of Understanding* (MOU), 204
    - 10.9.2 *Joint Bidding Agreement* (JBA), 204
    - 10.9.3 Contrato de afretamento (*charter agreement*), 205
      - 10.9.3.1 O contrato de afretamento, 205
      - 10.9.3.2 Afretamento e serviço: interferências da ANTAQ, 211

10.9.3.3 A natureza das plataformas de petróleo: plataforma não é embarcação?, 216

10.9.4 Acordo de individualização da produção: UNITIZAÇÃO, 220

10.10 Defesa da concorrência e atos de concentração econômica nas transferências de contratos de concessão e de partilha da produção, 227

## **PARTE 4 – DIREITO DO PETRÓLEO E OUTROS RAMOS DO DIREITO, 237**

### **11 Direito Corporativo e a Indústria do Petróleo, 239**

11.1 Tipos societários e alguns procedimentos corporativos, 239

11.2 Trabalhadores: brasileiros × estrangeiros, 246

11.3 Regime de jornada de trabalho na indústria do petróleo, 250

11.4 Férias na indústria do petróleo, 253

### **12 Direito Ambiental no Direito do Petróleo, 257**

### **13 Arbitragem no Direito do Petróleo, 269**

### **14 Direito Administrativo, 273**

14.1 Bens públicos e sua utilização/exploração em atividades econômicas, 273

### **15 Aspectos Constitucionais do Direito do Petróleo, 281**

15.1 Compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, 281

15.2 A ordem econômica, 284

15.3 Discussões sobre as “novas leis do petróleo”, 300

15.3.1 Modelo de concessão *versus* o modelo de partilha da produção no Brasil, 300

15.3.2 A baixa atratividade do 1º leilão do Pré-Sal, 306

15.3.3 Questionamentos sobre a cessão onerosa, 310

15.3.4 Questionamentos sobre as atribuições da PPSA, 316

### **16 Aspectos Tributários da Indústria do Petróleo, 321**

16.1 REPETRO – Regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, 322

16.1.1 Da exportação sem saída do território aduaneiro, 327

16.1.2 Da admissão temporária, 327

16.1.3 Do termo de responsabilidade e da garantia, 328

16.1.4 Da extinção da aplicação do regime, 329

16.1.5 Convênio ICMS nº 130, de 27 de novembro de 2007, 330

16.2 Imposto de importação, 331

16.3 Imposto sobre Produtos Industrializados, 332

- 16.4 ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS), 335
  - 16.4.1 Circulação real ou física, 338
  - 16.4.2 Circulação jurídica ou ficta, 338
  - 16.4.3 Conceito de mercadoria, 338
  - 16.4.4 Incidência, 339
  - 16.4.5 Local da operação, 340
  - 16.4.6 Fato gerador, 341
  - 16.4.7 Contribuinte, 342
  - 16.4.8 Base de cálculo, 343
  - 16.4.9 Alíquotas, 343
  - 16.4.10 Diferencial de alíquota – DIFAL, 346
- 16.5 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, 348
- 16.6 PIS e COFINS, 355
- 16.7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), 358
  - 16.7.1 Cide-Serviços, 358
  - 16.7.2 Cide-Combustíveis, 360
- 16.8 Imposto de renda das empresas, 363
- 16.9 Aspectos fiscais: métodos de contabilização dos gastos de E&P, 364

## **17 Conclusões e o que Esperar de 2040, 371**

*Referências*, 383